

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 1.846 - US  
(2018/0153935-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : C D W**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**REQUERIDO : B R W**

**DECISÃO**

C. D. W. formulou pedido de homologação da sentença estrangeira proferida pelo Tribunal Superior da Califórnia, Condado de Sonoma, Estados Unidos da América, que dissolveu seu casamento com B. R. W. e ratificou o acordo regulatório entre eles celebrado, incorporando-o ao texto do título.

A requerente informou que não tem interesse em estender os efeitos da homologação do título judicial ao referido acordo (fl. 55).

O requerido anuiu ao pedido de homologação (fl. 24), o que dispensa o procedimento de citação.

O Ministério Público Federal não se opôs à homologação (fl. 59).

É o relatório. Decido.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Consta dos autos a sentença estrangeira de divórcio (fls. 13-16), acompanhada de apostila (fl. 17) e traduzida por profissional juramentado no Brasil (fls. 36-48), bem como a comprovação do trânsito em julgado (fl. 13).

Os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pedido foram, pois, observados (arts. 216-C e 216-D do RISTJ). Ademais, a pretensão não ofende a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública nem os bons costumes (arts. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e 216-F do RISTJ).

Registre-se que a requerente retomou o nome de solteira após o divórcio, a saber, C. D. M., conforme expressa determinação na sentença (fl. 13).

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio sem estender os efeitos da homologação ao acordo nele mencionado.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente

